



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

Relatório da visita
do Grupo de Trabalho de Educação Especial

Agrupamento de Escolas de Cuba
Agrupamento de Escolas n.º 2 de Beja
Instituto Politécnico de Beja

1

28 de maio de 2018



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

Objetivo da visita

Com estas três visitas pretende o Grupo de Trabalho de Educação Especial recolher contributos dos profissionais que trabalham nesta área com vista a efetuar uma reflexão em torno da problemática da educação especial, quer ao nível do ensino obrigatório, quer ao nível do ensino superior.

Delegação

A delegação do Grupo de Trabalho de Educação Especial foi constituída pelas seguintes Senhoras Deputadas:

- Deputada Maria Manuela Tender, Coordenadora do Grupo de Trabalho
- Deputada Laura Magalhães, do Grupo Parlamentar do PSD
- Deputada Sandra Pontedeira, do Grupo Parlamentar do PS
- Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do BE
- Deputada Ana Rita Bessa, do Grupo Parlamentar do CDS-PP
- Deputada Diana Ferreira, do Grupo Parlamentar do PCP



Síntese da Visita ao Agrupamento de Escolas de Cuba

A visita teve início às 11h00m no Agrupamento de Escolas de Cuba, tendo a delegação sido recebida à chegada pelo Diretor do Agrupamento, Dr. Germano Bagão.



A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) tomou da palavra para expor que o Grupo de Trabalho da Educação Especial entendeu por conveniente a realização de deslocação ao interior, tendo escolhido Beja em função da sua concreta localização e da oferta que se verifica, referindo que o que se pretende é averiguar que tipo de acompanhamento é dado aos alunos com necessidades educativas especiais, tendo a Senhora Deputada Manuela Tender (PSD) complementado o discurso da Senhora Deputada Joana Mortágua (BE), questionando pretender-se averiguar como é que as escolas lidam com a colocação dos alunos, e das condições de acesso, mas também de sucesso, destes alunos. Referiu que o pretendido é estar em contacto com as realidades locais, garantindo um efetiva proximidade das populações e das suas necessidades. Sublinhou que se pretende é saber o que se passa nas escolas para, dentro do alcance de atuação da Assembleia da República, propor a adoção de medidas julgadas necessárias.

Desta reunião resultaram, em síntese, as seguintes constatações e preocupações:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

— Processo de inclusão como um processo contínuo, encontrando-se os alunos com necessidade educativas especiais (NEE) atualmente distribuídos e integrados em turmas, nas quais recebem o apoio das colegas da Educação Especial;

— Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita que abrange Cuba, Vidigueira e Alvito, tendo sido prometido um reforço de recursos humanos que, até à presente data não se verificou;

— Falta de Técnicos Especializados, em virtude da criação dos Centros de Resposta Integrada (CRI);

— Dispõem de um psicólogo ao abrigo do contrato de autonomia, mas desconhecem se o manterão no próximo ano letivo;

— Consideram essencial a presença permanente de um psicólogo – por se tratar de um atividade transversal; e de um terapeuta de fala – necessário para assegurar a continuidade da intervenção precoce, em casos não referenciados para a educação especial;

— Os CRI despejaram as escolas dos seus técnicos, o que é negativo; localização do CRI em Beja e respetiva área de abrangência; poucas horas de apoio destes técnicos, às quais ainda se descontam os tempos gastos nas deslocações;

— Faltam de envolvimento, de sentimento de pertença à escola, do técnico;

— O Agrupamento de Escola (AE) não foi auscultado no âmbito da revisão do Decreto-Lei n.º 3/2008, não tendo tido conhecimento de qualquer formação necessária a este respeito;

— Ao nível da intervenção precoce, a referenciação é feita pelo Agrupamento, encaminhando a Direção os respetivos processos; os técnicos que prestam apoio a estas crianças cobrem a área de três concelhos; o apoio dado ao nível da intervenção precoce é dado pelo Departamento de Intervenção Precoce e o da Educação Especial, em complementaridade;

— Ao nível da intervenção precoce, existem dois tipos de casos, os alunos que são posteriormente referenciados para a educação especial, e os que não são. O AE tenta



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

prestar o máximo de respostas possíveis para evitar a referenciação, sendo que por regra o maior número de casos prende-se com a necessidade de acompanhamento;

— Dispõem de uma Equipa Local de Intervenção (ELI) que funciona mais ao nível da educação, do que da intervenção, em virtude da falta de técnicos, e da área de abrangência da mesma; Levantou-se a questão de poder ter de ser ponderado o agrupamento de referência;

— Falta de assistentes operacionais (AOP), dispendo de um total de 21 AOP, sem contar com os AOP da responsabilidade da autarquia local (asseguram o pré-escolar);

— Dispõem de 4 AOP afetos à cantina, para preparem cerca de 300 refeições diárias; experimentaram contratar uma empresa, todavia a qualidade das refeições diminuiu drasticamente, motivo pelo qual cessaram o referido contrato;

— A transição dos alunos com NEE do 2.º ciclo para o 3.º ciclo, considerando que o AE de Cuba não dispõem do 3.º ciclo, é difícil, muitos dos alunos preferem chumbar, do que serem colocados numa situação de abandono, motivada ou pela impossibilidade de deslocação para Beja, ou pela falta de retaguarda em Beja, equivalente à que é potenciada pelo AE de Cuba; colocam a hipótese de os planos educativos individuais poderem ser desenvolvidos até ao final da escolaridade obrigatória no AE de Cuba, considerando que o que se pretende é a aquisição de competências, algo que o AE poderia prestar, sem ser recorrer a expedientes como o reprovar dos alunos, a pedido destes e dos seus pais. Consideram necessária a existência de respostas diferenciadas para estes alunos.

A seguir à reunião, foi feita uma visita à escola, tendo as Senhoras Deputadas ficado satisfeitas com o aspeto geral da escola, nomeadamente ao nível do seu estado de conservação e a existência dos materiais necessários à lecionação das diferentes disciplinas, tendo sido sublinhada por parte de alguns professores a boa gestão do atual Diretor da Escola.

No final, a Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Maria Manuela Tender, agradeceu pela amabilidade e disponibilidade dispensadas, salientando a importância



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

destas deslocações para o apuramento das realidades existentes e das necessidades efetivas dos Agrupamentos de Escolas.





Síntese da Visita ao Agrupamento de Escolas n.º 2 de Beja

A visita teve início às 14h20m no Agrupamento de Escolas n.º 2 de Beja, tendo a delegação sido recebida à chegada pela Diretora do Agrupamento, Dr.ª Maria José Chagas e pelo Subdiretor Pedro Soares Martinho.

As Senhoras Deputadas reuniram, assim, com uma delegação composta, ainda, pelo Senhor Coordenador do Departamento da Educação Especial, António Caeiro, pelas Subcoordenadoras da Educação Especial, Maria Eugénia Azevedo e Maria Dulce Figueira, e por professores do Departamento da Educação Especial Maria Fernanda Pereira, Vera Descalço e Dálio Ruivo.



Desta reunião resultaram, em síntese, as seguintes constatações e preocupações:

— Identificam como maior dificuldade na Unidade de Multideficiência os casos dos alunos com deficiências profundas, tratando-se de crianças que estavam na Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados (CERCI) e que agora estão integrados na escola, se é que se pode chamar integração a isto;

— A integração é sempre tentada, mesmo que provoque uma destabilização da turma;

— Insuficiência do CRI na prestação das terapias adequadas;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

— Insuficiência de AOP, só dispondo de uma AOP para a higiene, alimentação e acompanhamento dos alunos; por regra os AOP não querem fazer este tipo de trabalho; falta de AOP especializados e de técnicos em número suficiente; de acordo com a nova portaria dos rácios estão em falta 3 AOP, sem contar com as situações de ausências e a idade elevada dos AOP;

— Pouco tempo das terapeutas de fala disponibilizadas pelo CRI que por regra apenas conseguem estar 30min com as crianças;

— Identificam, como problema, as distâncias que estes técnicos têm de percorrer, o que leva a um menor tempo para o apoio individualizado;

— Aludem ao facto de receberem referências muito distantes, o que torna difícil assegurar o cumprimento dos prazos legais para essas referências, uma vez que reúnem fora da componente letiva;

— O AE é Agrupamento de referência para a Cegueira e Baixa Visão;

— Dos 2300 alunos estão referenciados na Educação Especial 136; dispõem de 6 técnicos sem horário completo;

— Sublinham a necessidade de envolvimento dos técnicos com a escola, algo necessário ao bom trabalho do mesmo, o que não se consegue, face à existência dos CRI;

— Dificuldades advenientes do CRI de Beja ter uma área de abrangência muito extensa;

— São Agrupamento de referência para a Intervenção Precoce, e as dificuldades suscitadas pelas distâncias a percorrer, sendo que o Agrupamento mais próximo (Cuba) está a 16km, e os restantes a mais de 20km;

— Dificuldades de mobilidade geradas pela dimensão do concelho e a interiorização;

— Apesar de serem escola de referência não dispõem de um reforço orçamental que permita dar resposta;

— Consideram que têm os recursos humanos necessários, mas já não os materiais, por falta de verba, referindo que a Unidade de Multideficiência dispõe de uma verba anual de € 470, representando uma média de € 50 por aluno;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

— No que respeita ao futuro destes jovens, mencionam o facto de o currículo dizer “currículo específico individual” ser muitas das vezes um impedimento na obtenção de um emprego; pensam que alguns destes jovens poderiam ter como enquadramento o Instituto de Emprego e de Formação Profissional, ao invés de terem como saída a CERCI, o Centro de Paralisia ou o regresso à família; Referem que a inclusão parece só se reportar até ao 12.º ano;

— Importância das Coordenações de Área Educativa na ligação e partilha de conhecimentos entre as escolas; referem que hoje cada agrupamento está muito isolado e devia haver uma entidade que proporcionasse essa ligação e envolvimento; havia, também, partilha de equipamento e da gestão desse mesmo equipamento;

— O AE fez chegar os seus contributos para o Decreto-Lei n.º 3/2008, e também houve lugar a uma sessão de esclarecimentos.

No final, a Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Maria Manuela Tender, agradeceu pela amabilidade e disponibilidade dispensadas, salientando a importância destas deslocações para o apuramento das realidades existentes e das necessidades efetivas dos Agrupamentos de Escolas, mas também para efeitos de proximidade e de credibilização da própria ação política.





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

Síntese da Visita ao Instituto Politécnico de Beja

A visita teve início às 16h30m na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja, tendo a delegação sido recebida à chegada pelo Presidente do Instituto Politécnico de Beja, João Paulo Trindade, pelo Diretor da Escola Superior de Educação, José Pedro Ribeiro de Matos Fernandes, e pela Coordenadora do Mestrado de Educação Especial e Membro da Equipa de Coordenação dos Estatutos do Estudante com Necessidades Educativas Especiais, Maria Teresa Santos.



Na reunião estiveram, ainda, presentes a Coordenadora da Ação Social e Membro da Equipa de Coordenação dos Estatutos do Estudante com Necessidade Educativas Especiais, Maria Piedade Júlio, a Professora Adjunta da Escola de Saúde, Maria Miquelina Pena, a Professora Doutora ligada à Escola Superior Agrária, Maria Albertina Pena, e o Professor Doutor na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Luís Garcia.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência



Desta reunião resultaram, em síntese, as seguintes constatações e preocupações:

— Consideram que dão a devida atenção a estas situações e que se encontram adequados ao nível das acessibilidades;

— A Escola Superior de Educação leciona um Mestrado em Educação Especial, considerando que toda a escola possui disciplinas para uma educação inclusiva, trabalhando todos os professores esta área;

— Formam professores na área da Educação Especial, Grupo 910 da Docência;

— Criaram uma equipa de apoio ao Estudante com NEE em 2016;

— Sabem que a alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2008 foi aprovada na passada sexta-feira em Conselho de Ministros, desconhecendo o teor do diploma que veio o ser aprovado;

— Referem que há poucos estudantes no ensino superior, apesar de terem tido um aumento nos últimos anos, o que significa um desafio ao nível da integração; referindo que as turmas são pequenas o que facilita a proximidade, sendo certo que sabem que têm um conjunto de desafios para resolver;

— O Instituto criou um Estatuto para os alunos com NEE, alargando o seu âmbito para além da deficiência, abrangendo, nomeadamente as dificuldades psicológicas; é um



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

regulamento semelhante ao do trabalhador estudantes não sendo obrigatório para o aluno beneficiar do mesmo; pelo que só são referenciados os alunos que requeiram a aplicação do Estatuto;

— O programa de apoio foi alargado, integrando a equipe um docente de cada escola, de forma a poderem ter uma perspetiva mais alargada;

— O Núcleo pertence ao GTAEDS e colaboram com estes na nova legislação;

— Consideram que a resposta é sempre prestada com base no caso concreto, ao invés de passar pela criação de políticas que garantam as condições de equidade; muito passa pela necessária sensibilização dos colegas para os problemas;

— Criaram um guia para lidar com determinado tipo de situações, mas têm apostado muito na boa vontade dos docentes, não havendo, ainda, uma qualquer compensação ao nível do horário dos docentes, que precisam de uma maior número de horas para desenvolver os materiais necessários;

— Estão envolvidos no projeto Biblioteca Aberta;

— São uma Instituição pequena, mas admitem que possa haver respostas ao nível regional;

— Tentam articular com os recursos da região, mas também com as Escolas Secundárias, com vista a perceber que alunos vão sair e como será a sua integração;

— Consideram que ainda têm de trabalhar melhor a questão da avaliação, e que é preciso flexibilizar os professores;

— Referem que a formação inicial, dada aos alunos, não é suficiente, precisando de um reforço no que respeita à sensibilização para estas áreas;

— Sublinham que os cursos não foram pensados para alunos com deficiências, os modelos são rígidos; estão a dar passos no sentido de ser uma Instituição amiga de todos os estudantes, mas há que atender à necessidade de recursos físicos e também de recursos humanos; os Planos de Estudo têm de ser alterados;

— O atual sucesso dos alunos depende hoje da boa vontade dos intervenientes diretos;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão de Educação e Ciência

— O financiamento do instituto politécnico não atende às necessidades do aluno, mas antes ao número de alunos; tal como não atende os sistemas de avaliação; e ainda a própria Agência de Acreditação;

— Dificuldade na obtenção de técnicos especializados necessários; problemas burocráticos;

— Terminam sublinhando a necessidade de ser repensado o acesso ao ensino superior.

No final, a Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Maria Manuela Tender, agradeceu pela amabilidade e disponibilidade dispensadas, salientando a importância destas deslocações para o apuramento das realidades existentes e das necessidades efetivas do ensino superior, nomeadamente para garantir que a inclusão feita ao longo de doze anos de escolaridade obrigatória não se perca, e seja garantida, a estes alunos, a possibilidade de ingresso no ensino superior, em condições que permitam garantir a frequência, mas também o seu sucesso escolar.

